

**PROJETO DE ESTATUTOS**  
**DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO**  
**DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

## ÍNDICE

Preâmbulo .....	1
Capítulo I - Disposições gerais.....	1
Artigo 1.º - Natureza .....	2
Artigo 2.º - Autonomia .....	2
Artigo 3.º - Democraticidade e participação .....	2
Artigo 4.º- Sede .....	2
Capítulo II - Estrutura dos órgãos .....	2
Secção I - Órgãos .....	3
Artigo 5.º- Órgãos .....	3
Secção II - Diretor .....	3
Artigo 6.º - Diretor .....	3
Artigo 7.º - Eleição do diretor.....	3
Artigo 8.º- Duração do mandato .....	4
Artigo 9.º - Subdiretores .....	4
Artigo 10.º - Destituição do diretor .....	4
Artigo 11.º - Exercício de funções .....	4
Artigo 12.º - Suplência e substituição do diretor .....	5
Artigo 13.º - Competência do diretor .....	5
Secção III - Conselho de representantes .....	6
Artigo 14.º - Conselho de representantes .....	6
Artigo 15.º - Composição do conselho de representantes .....	7
Artigo 16.º - Eleição do conselho de representantes .....	7
Artigo 17.º - Duração do mandato .....	7
Artigo 18.º - Competência do conselho de representantes.....	7
Artigo 19.º - Funcionamento do conselho de representantes .....	8
Secção IV - Conselho técnico-científico.....	8
Artigo 20.º - Conselho técnico-científico .....	9
Artigo 21.º - Composição do conselho técnico-científico .....	9
Artigo 22.º - Eleição do conselho técnico-científico .....	10
Artigo 23.º - Duração do mandato .....	10
Artigo 24.º - Competência do conselho técnico-científico.....	10
Artigo 25.º - Funcionamento do conselho técnico-científico .....	11
Secção V - Conselho pedagógico .....	12
Artigo 26.º - Conselho pedagógico.....	12
Artigo 27.º - Composição do conselho pedagógico .....	12
Artigo 28.º - Eleição do conselho pedagógico.....	13

Artigo 29.º - Duração do mandato .....	13
Artigo 30.º - Competência do conselho pedagógico .....	13
Artigo 31.º - Funcionamento do conselho pedagógico .....	14
Secção VI - Coordenadores dos ciclos de estudos .....	15
Artigo 32.º - Coordenadores dos ciclos de estudos .....	15
Artigo 33.º - Nomeação dos coordenadores dos ciclos de estudos .....	15
Artigo 34.º - Comissão científico-pedagógica .....	15
Artigo 35.º - Duração dos mandatos .....	16
Artigo 36.º - Suplência dos coordenadores dos ciclos de estudos .....	17
Artigo 37.º - Competência dos coordenadores dos ciclos de estudos.....	17
Artigo 38.º - Competência da comissão científico-pedagógica.....	18
Capítulo III - Estrutura interna .....	18
Secção I - Departamentos.....	18
Artigo 39.º - Departamentos .....	19
Artigo 40.º - Criação, transformação e extinção.....	19
Artigo 41.º - Composição dos departamentos.....	19
Artigo 42.º - Competência dos departamentos .....	19
Artigo 43.º - Organização dos departamentos .....	20
Artigo 44.º - Coordenador de departamento .....	20
Artigo 45.º - Conselho de departamento .....	21
Artigo 46.º - Plenário de departamento .....	22
Artigo 47.º - Funcionamento.....	23
Secção II - Laboratórios e centros de recursos .....	23
Artigo 48.º - Laboratórios e centros de recursos.....	23
Secção III - Serviços .....	23
Artigo 49.º - Serviços.....	24
Artigo 50.º - Diretor de serviços .....	24
Capítulo IV - Princípios gerais sobre cargos.....	25
Artigo 51.º - Eleições .....	25
Artigo 52.º - Suspensão do mandato .....	25
Artigo 53.º - Substituição temporária.....	25
Artigo 54.º - Cessação da suspensão .....	26
Artigo 55.º - Renúncia ao mandato .....	26
Artigo 56.º - Perda de mandato .....	26
Artigo 57.º - Substituição definitiva.....	27
Artigo 58.º - Participação nas reuniões dos órgãos .....	27
Artigo 59.º - Aplicação dos princípios a outros órgãos e estruturas .....	27
Capítulo V - Disposições finais e transitórias .....	27

Artigo 60.º - Associativismo estudantil .....	28
Artigo 61.º - Apoio à inserção na vida ativa .....	28
Artigo 62.º - Datas das eleições dos órgãos colegiais da ESTG e dos departamentos .....	28
Artigo 63.º - Professores e investigadores .....	29
Artigo 64.º - Revisão dos estatutos .....	29
Artigo 65.º - Entrada em vigor .....	29

## **PROJETO DE ESTATUTOS DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

### **PREÂMBULO**

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão é uma unidade orgânica de ensino e investigação do Instituto Politécnico de Leiria criada em 1985 pelo Decreto do Governo n.º 46/85, de 22 de novembro, tendo iniciado a sua atividade académica no ano letivo de 1989/1990.

Os primeiros Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão foram homologados por Despacho n.º 5/97, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 66, de 19 de março de 1997, e revistos por Despacho n.º 22 741/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 259, de 8 de novembro de 2001.

Com a entrada em vigor do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e da revisão dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, o modelo de organização e de governo desta Escola sofreu profundas alterações, encetando-se, a partir de então, um processo de adaptação àquele modelo, do qual resultam os novos Estatutos da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Foram, nos termos do artigo 62.º, n.º 1, al. c), dos Estatutos do Instituto Politécnico de Leiria, ouvidos os órgãos da Escola;

Nos termos do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 110.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, foi promovida a consulta pública;

Foi ouvida igualmente a Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**

## Artigo 1.º

### **Natureza**

A Escola Superior de Tecnologia e Gestão, adiante abreviadamente designada ESTG, é uma unidade orgânica de ensino e investigação do Instituto Politécnico de Leiria, adiante designado IPLeia, vocacionada para o ensino superior, para a investigação científica e para a transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico.

## Artigo 2.º

### **Autonomia**

1 - A ESTG goza de autonomia estatutária, cultural, científica, pedagógica e administrativa, nos termos da lei e dos estatutos do IPLeia, podendo vir a ser dotada de autonomia financeira nos termos da lei.

2 - Nos termos da lei, dos estatutos do IPLeia e destes estatutos, a ESTG goza, ainda, de poder regulamentar próprio.

## Artigo 3.º

### **Democraticidade e participação**

A ESTG, como o IPLeia, rege-se, na sua administração e gestão, pelos princípios da democraticidade e da participação de todos os corpos da escola, com vista a:

- a) Favorecer a livre expressão da pluralidade de ideias e de opiniões;
- b) Estimular a participação da comunidade académica nas atividades da ESTG;
- c) Garantir a liberdade de criação cultural, científica e tecnológica;
- d) Assegurar as condições necessárias para uma atitude de permanente inovação científica e pedagógica;
- e) Promover uma estreita ligação entre as suas atividades e a comunidade em que se integra.

## Artigo 4.º

### **Sede**

A ESTG tem sede em Leiria.

## Capítulo II

### **Estrutura dos órgãos**

Secção I  
**Órgãos**

Artigo 5.º  
**Órgãos**

São órgãos da ESTG:

- a) Diretor;
- b) Conselho de representantes;
- c) Conselho técnico-científico;
- d) Conselho pedagógico;
- e) Coordenadores dos ciclos de estudos.

Secção II  
**Diretor**

Artigo 6.º  
**Diretor**

O diretor é o órgão uninominal de natureza executiva da ESTG, com as competências definidas pelos presentes estatutos, no respeito pela lei e pelos estatutos do IPLeiria.

Artigo 7.º  
**Eleição do diretor**

1 - O diretor é eleito, pelo conselho de representantes, de entre os professores ou investigadores do IPLeiria, de acordo com procedimento previsto em regulamento a aprovar por aquele órgão colegial, no prazo de 30 dias a contar da tomada de posse dos seus membros.

2 - Não pode ser eleito diretor quem incorra nas inelegibilidades previstas na lei ou nos estatutos do IPLeiria e nos presentes estatutos.

3 - A eleição do diretor é homologada pelo presidente do IPLeiria, que só pode recusar a homologação com base em ilegalidade.

4 - No caso de não serem apresentadas candidaturas, o diretor é nomeado pelo Presidente do IPLeiria, para cumprimento de um mandato.

## Artigo 8.º

### **Duração do mandato**

1 - O mandato do diretor tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado uma única vez e não pode exceder oito anos consecutivos.

2 - Em caso de cessação antecipada do mandato, o novo diretor inicia novo mandato.

## Artigo 9.º

### **Subdiretores**

1 - O diretor é coadjuvado por um ou mais subdiretores, por si livremente nomeados, de entre os professores e os investigadores ou de entre docentes equiparados a professor em tempo integral, nessa categoria há mais de cinco anos na ESTG, dentro dos limites fixados no número seguinte.

2 - O número máximo de subdiretores é de dois, se o número de docentes e investigadores em regime de tempo integral afetos à ESTG for igual ou inferior a 50, e de três, se for superior a esse número.

3 - Os subdiretores podem ser exonerados a todo o tempo pelo diretor e o seu mandato cessa com o mandato deste.

4 - Em caso de vacatura do cargo do diretor, os subdiretores mantêm-se em funções até substituição daquele.

## Artigo 10.º

### **Destituição do diretor**

1 - Em caso devidamente fundamentado, com parecer prévio favorável obtido por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções do conselho académico do IPLeiria, o presidente do instituto pode destituir o diretor e nomear, em simultâneo, um novo diretor.

2 - A data para realização da eleição do novo diretor deve ser fixada no despacho que determina a destituição e deve situar-se entre os 180 e os 240 dias subsequentes, salvo se a data recair em período de férias letivas, caso em que a eleição deve realizar-se nos 30 dias imediatos ao termo daquele período.

## Artigo 11.º

### **Exercício de funções**

1 - O cargo de diretor é exercido em regime de dedicação exclusiva, ficando dispensado da prestação de serviço docente ou de investigação, sem prejuízo de, por sua iniciativa, o poder prestar.

2 - Os subdiretores podem, por despacho do diretor, ser dispensados da prestação de serviço docente ou de investigação, quando tal seja necessário para assegurar o bom funcionamento da escola.

3 - Os diretores e subdiretores não podem pertencer a quaisquer órgãos de governo ou gestão de outras instituições de ensino superior, público ou privado.

4 - O diretor não pode ser presidente dos órgãos colegiais da ESTG.

5 - Não podem ser diretor e subdiretores os docentes e investigadores que, independentemente da sua categoria e vínculo, hajam estado dispensados integralmente ou equiparados a bolseiro, por dois ou mais anos, com a finalidade de obterem o grau académico e não o hajam obtido, mantendo-se o impedimento até que o venham a obter.

6 - A verificação superveniente de qualquer incompatibilidade ou impedimento acarreta a perda de mandato e a inelegibilidade para qualquer dos cargos previstos durante o período de quatro anos.

#### Artigo 12.º

##### **Suplência e substituição do diretor**

1 - Nos casos de ausência, falta ou impedimento do diretor, o exercício das competências do diretor cabe ao subdiretor suplente por ele designado.

2 - Em caso de vacatura, de renúncia ou incapacidade permanente do diretor, deve o conselho de representantes determinar a abertura do procedimento de eleição de um novo diretor no prazo máximo de 10 dias úteis.

3 - Até conclusão do procedimento previsto no número anterior, o cargo de diretor é exercido interinamente pelo subdiretor escolhido pelo conselho de representantes, ou na falta de subdiretores, pelo professor da Escola de categoria mais elevada, com precedência em relação aos demais, nos termos do regulamento de precedências em vigor no IPLeiria.

#### Artigo 13.º

##### **Competência do diretor**

1 - Compete ao diretor:

a) Representar a ESTG perante os demais órgãos do IPLeiria e perante o exterior;

b) Nomear os subdiretores que o coadjuvam no exercício das suas funções e, havendo pluralidade deles, designar o suplente;

c) Aprovar os estatutos da ESTG, assim como as suas revisões, ouvidos os órgãos da escola, submetendo-os a homologação pelo presidente do IPLeiria;

- d) Definir o plano e as linhas gerais de orientação da ESTG;
- e) Elaborar e submeter a aprovação o plano de atividades, com previsão de orçamento necessário à sua implementação, assim como o relatório de atividades;
- f) Exercer em permanência funções de administração corrente;
- g) Dirigir os serviços próprios da ESTG;
- h) Aprovar os regulamentos necessários ao bom funcionamento da escola;
- i) Aprovar o calendário e o horário das tarefas letivas, ouvidos o conselho técnico-científico e o conselho pedagógico;
- j) Aprovar os horários dos cursos e dos docentes;
- k) Aprovar os calendários de avaliação, ouvindo o conselho pedagógico quanto aos de avaliação por exame;
- l) Propor ao presidente do IPEiria o número anual máximo de novas admissões, bem como o número máximo de estudantes que pode estar inscrito em cada ciclo de estudos em cada ano letivo, ouvido o conselho técnico-científico, na sequência de proposta apresentada pelos coordenadores dos ciclos de estudos;
- m) Organizar e conduzir os procedimentos eleitorais, com exceção do de eleição do diretor;
- n) Nomear os coordenadores dos ciclos de estudos;
- o) Nomear os docentes responsáveis pelos laboratórios e centros de recursos;
- p) Homologar as eleições referentes ao coordenador e conselho de departamento;
- q) Executar as deliberações do conselho técnico-científico e do conselho pedagógico, quando vinculativas;
- r) Velar pela observância da lei, dos estatutos e dos regulamentos;
- s) Exercer as demais funções previstas na lei, nos estatutos e que lhe sejam delegadas pelos órgãos do IPEiria.

2 - O diretor pode delegar ou subdelegar nos subdiretores as competências consideradas adequadas ao melhor funcionamento da ESTG.

### Secção III

#### **Conselho de representantes**

#### Artigo 14.º

#### **Conselho de representantes**

O conselho de representantes é o órgão colegial representativo dos corpos da ESTG, com as competências definidas pelos presentes estatutos, no respeito pela lei e pelos estatutos do IPEiria.

#### Artigo 15.º

##### **Composição do conselho de representantes**

- 1 - O conselho de representantes é composto por 15 membros.
- 2 - São membros do conselho de representantes:
  - a) Sete representantes dos professores e dos investigadores de carreira, eleitos de entre os professores e os investigadores de carreira;
  - b) Dois representantes dos restantes docentes, não integrados na carreira, eleitos de entre os que destes reúnam os requisitos legais exigidos para integrarem o conselho técnico-científico;
  - c) Cinco representantes dos estudantes, eleitos de entre o conjunto de estudantes da escola;
  - d) Um representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores, eleito de entre estes.

#### Artigo 16.º

##### **Eleição do conselho de representantes**

- 1 - O procedimento de eleição do conselho de representantes rege-se por regulamento aprovado pelo presidente do IPLeiria, sob proposta do diretor.
- 2 - O regulamento pode exigir a participação nas eleições de uma percentagem mínima de eleitores como condição de validade dos resultados.
- 3 - A eleição do conselho de representantes é homologada pelo presidente do IPLeiria, que só pode recusar a homologação com base em ilegalidade.

#### Artigo 17.º

##### **Duração do mandato**

O mandato dos membros do conselho de representantes é de quatro anos, exceto no caso dos estudantes em que é de dois.

#### Artigo 18.º

##### **Competência do conselho de representantes**

- 1 - Compete ao conselho de representantes:
  - a) Eleger os seus presidente e secretário;
  - b) Aprovar o seu regimento;
  - c) Eleger o diretor, por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções;
  - d) Dar parecer sobre o plano e as linhas gerais de orientação da ESTG;
  - e) Dar parecer sobre o plano de atividades e sobre o relatório de atividades;

- f) Pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo diretor, por sua iniciativa ou dos órgãos competentes do IPEiria;
- g) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos ou pelos regulamentos.

2 - O conselho de representantes pode delegar no seu presidente as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente.

#### Artigo 19.º

##### **Funcionamento do conselho de representantes**

O funcionamento do conselho de representantes é regulado pelo regimento, em obediência aos seguintes princípios:

- a) O conselho de representantes funciona em plenário;
- b) O conselho de representantes reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, mediante convocação do presidente, por sua iniciativa, a pedido do diretor ou a solicitação de pelo menos um terço dos vogais;
- c) O presidente do conselho de representantes deve ser um professor ou investigador de carreira, eleito por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, a quem compete, entre outras funções, organizar e conduzir o procedimento de eleição do diretor;
- d) O presidente do conselho de representantes designa suplente um professor ou investigador de carreira, para nos casos de ausência, falta ou impedimento, exercer a sua competência;
- e) O presidente do conselho de representantes não pode presidir a outro órgão colegial;
- f) Podem participar nas reuniões, sem direito de voto, membros da comunidade académica ou outras personalidades que o presidente ou o conselho entendam convidar;
- g) O diretor ou o subdiretor por si designado participa, se assim o entender, nas reuniões sem direito de voto.

#### Secção IV

##### **Conselho técnico-científico**

## Artigo 20.º

### **Conselho técnico-científico**

O conselho técnico-científico é o órgão colegial de gestão científica da ESTG, com as competências definidas pelos presentes estatutos, no respeito pela lei e pelos estatutos do IPEiria.

## Artigo 21.º

### **Composição do conselho técnico-científico**

1 - O conselho técnico-científico é constituído por 20 membros, integrando:

a) Representantes do corpo docente da ESTG, eleitos por e de entre:

i) Professores de carreira;

ii) Equiparados a professor, em regime de tempo integral, com contrato com a ESTG há mais de 10 anos nessa categoria;

iii) Docentes com grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição;

iv) Docentes com o título de especialista, não abrangidos pelas subalíneas anteriores, em regime de tempo integral, com contrato com a instituição há mais de dois anos.

b) Representantes dos investigadores das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente, nos termos da lei, que se encontrem igualmente afetos à unidade de ensino e investigação.

2 - Os mandatos a atribuir aos representantes dos investigadores são em número de quatro, reduzindo-se esse número sempre que o número das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei for inferior àquele, atribuindo-se, nesta situação, tantos mandatos quantas as unidades de investigação.

3 - O número de mandatos a atribuir aos representantes do pessoal docente é igual à diferença entre o número de membros que compõem o órgão e o número de mandatos a atribuir nos termos do número anterior, sendo distribuídos do seguinte modo:

a) 80% dos mandatos cabem aos professores de carreira, e de entre estes, havendo-os, a pelo menos um quarto com o título de especialista;

b) 20% dos mandatos cabem aos docentes identificados nas subalíneas ii) a iv) do n.º 1 deste artigo, no seu todo.

4 - Quando o número de pessoas elegíveis for inferior ao estabelecido no n.º 1 deste artigo, o conselho é composto pelo conjunto das mesmas.

5 - Podem ser cooptados para o conselho técnico-científico membros convidados, de entre professores e investigadores de outras instituições ou personalidades de reconhecida competência no âmbito da missão da ESTG, caso em que o número de membros do conselho pode ser alargado até 25.

#### Artigo 22.º

##### **Eleição do conselho técnico-científico**

1 - O procedimento de eleição do conselho técnico-científico rege-se por regulamento aprovado pelo diretor da ESTG, ouvido o conselho.

2 - A eleição do conselho técnico-científico é homologada pelo presidente do IPEiria, que só pode recusar a homologação com base em ilegalidade.

#### Artigo 23.º

##### **Duração do mandato**

O mandato dos membros do conselho técnico-científico é de dois anos.

#### Artigo 24.º

##### **Competência do conselho técnico-científico**

1 - Compete ao conselho técnico-científico:

- a) Eleger os seus presidente e secretário;
- b) Aprovar o seu regimento;
- c) Deliberar sobre a proposta de distribuição do serviço docente, sujeitando-a a homologação do presidente do IPEiria;
- d) Dar parecer sobre o plano de atividades científicas da ESTG;
- e) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas do IPEiria;
- f) Pronunciar-se sobre a criação dos ciclos de estudos e aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos ministrados, assim como as suas alterações e correlativos regimes de transição curricular;
- g) Pronunciar-se sobre o número anual máximo de novas admissões bem como o número máximo de estudantes que pode estar inscrito em cada ciclo de estudos em cada ano letivo;
- h) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- i) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- j) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias internacionais;
- k) Propor a composição de júris de provas e de concursos académicos;

- l) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção dos departamentos;
- m) Dar parecer sobre nomeação de coordenadores de ciclos de estudo;
- n) Pronunciar-se sobre o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- o) Apreciar os relatórios anuais de avaliação dos ciclos de estudos;
- p) Afetar as unidades curriculares aos departamentos, ouvidos os conselhos de departamento;
- q) Designar os responsáveis pelas unidades curriculares, sob proposta dos conselhos de departamento às quais estão afetas;
- r) Aprovar os programas das unidades curriculares, ouvidos os coordenadores dos ciclos de estudos;
- s) Pronunciar-se sobre o calendário e horário das tarefas letivas;
- t) Praticar todos os atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;
- u) Pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo diretor, por sua iniciativa ou dos órgãos competentes do IPLeiria;
- v) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos ou pelos regulamentos.

2 - Os membros do conselho técnico-científico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes:

- a) A atos relacionados com carreira de docentes com categoria superior à sua;
- b) A concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para ser opositores.

3 - O conselho técnico-científico pode delegar no seu presidente as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente.

## Artigo 25.º

### **Funcionamento do conselho técnico-científico**

O funcionamento do conselho técnico-científico é regido por regimento, em obediência aos seguintes princípios:

- a) O conselho científico funciona em plenário, podendo ainda funcionar em comissão permanente e em comissões eventuais;
- b) Ao plenário do conselho técnico-científico está reservada a competência para a tomada de deliberações de carácter genérico, assim como as que exijam maioria qualificada;

- c) O plenário do conselho técnico-científico reúne ordinariamente de dois em dois meses e extraordinariamente mediante convocação do presidente ou a solicitação de pelo menos um terço dos vogais;
- d) O conselho técnico-científico elege o seu presidente, o qual deve ser um professor, e o seu secretário, por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções;
- e) O presidente do conselho técnico-científico designa suplente um professor de carreira, para nos casos de ausência, falta ou impedimento, exercer a sua competência;
- f) O presidente do conselho técnico-científico não pode presidir a outro órgão colegial;
- g) Podem participar nas reuniões, sem direito de voto, membros da comunidade académica ou outras personalidades que o presidente ou o conselho entendam convidar;
- h) O diretor ou o subdiretor por si designado participa, se assim o entender, nas reuniões sem direito de voto.

#### Secção V

### **Conselho pedagógico**

#### Artigo 26.º

### **Conselho pedagógico**

O conselho pedagógico é o órgão colegial de gestão pedagógica da ESTG, com as competências definidas pelos presentes estatutos, no respeito pela lei e pelos estatutos do IPLeiria.

#### Artigo 27.º

### **Composição do conselho pedagógico**

O conselho pedagógico é composto por representantes do corpo docente e dos estudantes em número igual ao dobro do número de ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado em funcionamento, no mínimo de oito, devendo:

- a) O número de representantes do corpo docente ser igual ao número de representantes dos estudantes;
- b) A representação do corpo docente ser assegurada por 80% de professores de carreira, 10% de assistentes de carreira e 10% dos restantes docentes, não integrados na carreira, cujo número arredondado para a unidade imediatamente superior ou inferior, consoante atinja ou não as cinco décimas.

## Artigo 28.º

### **Eleição do conselho pedagógico**

1 - O procedimento de eleição do conselho pedagógico rege-se por regulamento aprovado pelo diretor da ESTG, ouvido o conselho.

2 - A eleição do conselho pedagógico é homologada pelo presidente do IPLeiria, que só pode recusar a homologação com base em ilegalidade.

## Artigo 29.º

### **Duração do mandato**

O mandato dos membros do conselho pedagógico é de dois anos.

## Artigo 30.º

### **Competência do conselho pedagógico**

1 - Compete ao conselho pedagógico:

- a) Eleger os seus presidente e secretário;
- b) Aprovar o seu regimento;
- c) Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- d) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da ESTG e a sua análise e divulgação;
- e) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;
- f) Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas, e propor as providências necessárias;
- g) Promover estudos, conferências e seminários de interesse pedagógico;
- h) Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- i) Pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
- j) Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- k) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados, suas alterações e correlativos regimes de transição curricular;
- l) Pronunciar-se sobre o calendário letivo e o horário das tarefas letivas;
- m) Pronunciar-se sobre o calendário de avaliação por exame da unidade orgânica ou da instituição;
- n) Pronunciar-se sobre a criação, extinção e transformação dos departamentos;
- o) Dar parecer sobre a nomeação dos coordenadores dos ciclos de estudos;

- p) Designar professores e estudantes para integrarem as comissões pedagógicas dos ciclos de estudos;
- q) Apreciar os relatórios anuais de avaliação dos ciclos de estudos;
- r) Pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo diretor, por sua iniciativa ou dos órgãos competentes do IPLeiria;
- s) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos ou pelos regulamentos.

2 - Compete, ainda, ao conselho pedagógico coadjuvar o diretor nas seguintes matérias:

- a) Definição e implementação de uma política ativa de qualidade pedagógica;
- b) Integração dos novos estudantes na vida académica, com particular atenção aos portadores de deficiência, trabalhadores-estudantes e estrangeiros.

3 - O conselho pedagógico pode delegar no seu presidente as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente.

#### Artigo 31.º

##### **Funcionamento do conselho pedagógico**

O funcionamento do conselho pedagógico é regido por regimento, em obediência aos seguintes princípios:

- a) O conselho pedagógico funciona em plenário, podendo ainda funcionar em comissão permanente e em comissões eventuais, devendo, na composição destas comissões, ser assegurada a paridade entre docentes e estudantes;
- b) Ao plenário do conselho pedagógico está reservada a competência para a tomada de deliberações de carácter genérico, assim como as que exijam maioria qualificada;
- c) O plenário do conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação do presidente ou a solicitação de pelo menos um terço dos vogais;
- d) O conselho pedagógico elege o seu presidente, o qual deve ser um professor, e o seu secretário, por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções;
- e) O presidente do conselho pedagógico designa suplente um professor de carreira, para nos casos de ausência, falta ou impedimento, exercer a sua competência;
- f) O presidente do conselho pedagógico não pode presidir a outro órgão colegial;
- g) Podem participar nas reuniões, sem direito de voto, membros da comunidade académica ou outras personalidades que o presidente ou o conselho entendam convidar;

h) O diretor ou o subdiretor por si designado participa, se assim o entender, nas reuniões sem direito de voto.

## Secção VI

### **Coordenadores dos ciclos de estudos**

#### Artigo 32.º

### **Coordenadores dos ciclos de estudos**

Os coordenadores dos ciclos de estudos são órgãos singulares de coordenação científica e pedagógica dos ciclos de estudos ministrados na ESTG, com as competências definidas pelos presentes estatutos, no respeito pela lei e pelos estatutos do IPEiria.

#### Artigo 33.º

### **Nomeação dos coordenadores dos ciclos de estudos**

1 - Os coordenadores dos ciclos de estudos são nomeados pelo diretor da ESTG, de entre os professores de carreira, podendo, em casos devidamente fundamentados, ser nomeados coordenadores docentes não integrados na carreira.

2 - Os coordenadores dos ciclos de estudos conducentes a grau académico devem ser titulares de grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional na área de formação fundamental do ciclo e encontrar-se em regime de tempo integral.

3 - Sempre que se justifique, a coordenação de vários ciclos de estudos pode ser assegurada pelo mesmo coordenador.

4 - A nomeação dos coordenadores dos ciclos de estudos deve ser precedida de parecer favorável do conselho técnico-científico e do conselho pedagógico.

5 - Os pareceres previstos no número anterior são emitidos no prazo de 15 dias úteis, suspendendo-se a contagem do prazo no mês de agosto.

6 - Quando os pareceres não sejam emitidos dentro do prazo previsto no número anterior, o diretor, respeitando o disposto no Código do Procedimento Administrativo, pode livremente proceder à nomeação dos coordenadores.

#### Artigo 34.º

### **Comissão científico-pedagógica**

1 - No exercício das suas competências, os coordenadores do ciclo de estudos dispõem da colaboração da comissão científico-pedagógica do ciclo, que funciona sob a sua dependência.

2 - Na situação prevista no n.º 3 do artigo anterior, a coadjuvação do coordenador é assegurada por uma comissão apenas.

3 - A comissão científico-pedagógica do ciclo de estudos é constituída por cinco a seis membros e integra:

- a) O coordenador do ciclo de estudos, que preside;
- b) Um professor do ciclo de estudos designado pelo coordenador;
- c) Um professor do ciclo de estudos designado pelo conselho pedagógico;
- d) Um estudante delegado de curso;
- e) Um a dois estudantes designados pelo conselho pedagógico.

4 - O professor designado nos termos da alínea b) do número anterior deve representar área de formação dominante do ciclo de estudos, distinta da do coordenador.

5 - A designação prevista na alínea b) do n.º 3, deve ser precedida de audição dos conselhos de departamento envolvidos.

6 - O estudante delegado de curso é eleito pelo conjunto de estudantes matriculados e inscritos no ciclo de estudos, nos termos de regulamento a aprovar pelo diretor.

7 - No caso de ciclos de estudo com regimes de funcionamento diversos, a comissão integra os membros previstos nas alíneas b) e d) do n.º 3 em número igual ao dos regimes de funcionamento.

8 - No tratamento de matérias de natureza pedagógica, o coordenador do ciclo de estudos pode solicitar a colaboração de outros docentes e estudantes, garantindo a existência de paridade entre estes.

9 - No tratamento das matérias previstas no número anterior, a comissão pode, sempre que julgar necessário, ouvir, a título consultivo, os estudantes que hajam sido eleitos estudantes delegados de turma.

#### Artigo 35.º

##### **Duração dos mandatos**

1 - O mandato dos coordenadores dos ciclos de estudos é igual em duração ao número de semestres do ciclo que coordena.

2 - A duração do mandato dos professores que integram a comissão científico-pedagógica é igual à do coordenador.

3 - O mandato dos professores designados nos termos da alínea b) do n.º 3 e do n.º 7 do artigo anterior cessa com o mandato do coordenador do ciclo de estudos.

4 - O mandato do professor designado nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo anterior é independente do do coordenador.

5 - A duração dos mandatos dos estudantes que integram a comissão científico-pedagógica é de dois anos e é independente do do coordenador.

#### Artigo 36.º

##### **Suplência dos coordenadores dos ciclos de estudos**

Nos casos de ausência, falta ou impedimento do coordenador do ciclo de estudos, o exercício das competências do coordenador cabe ao professor suplente por ele designado que integre a comissão científico-pedagógica.

#### Artigo 37.º

##### **Competência dos coordenadores dos ciclos de estudos**

1 - Ao coordenador do ciclo de estudos compete:

- a) Assegurar o normal funcionamento do ciclo de estudos e informar o diretor sobre as situações suscetíveis de reserva;
- b) Representar o ciclo de estudos junto dos demais órgãos da ESTG;
- c) Contribuir para a promoção nacional e internacional dos ciclos de estudos, em articulação com os órgãos legalmente competentes do IPLeiria, designadamente coordenando os programas de mobilidade no ciclo de estudos respetivo;
- d) Propor ao diretor o número anual máximo de novas admissões bem como o número máximo de estudantes que pode estar inscrito no ciclo de estudos em cada ano letivo e as regras de ingresso, com a colaboração da comissão científico-pedagógica, em sessão reservada aos docentes, ouvido o conselho de departamento;
- e) Preparar, em articulação com os conselhos de departamento envolvidos, as propostas de alteração ao plano de estudos, a submeter ao conselho técnico-científico;
- f) Prover à adequada articulação dos programas das unidades curriculares integrantes do plano de estudos e garantir o seu bom funcionamento;
- g) Garantir que os objetivos de aprendizagem das diversas unidades curriculares concorrem para os objetivos de formação definidos no ciclo de estudos;
- h) Coordenar as atividades de tutoria e de estágio no âmbito do ciclo de estudos;
- i) Promover o contacto dos estudantes com atividades de investigação;
- j) Elaborar, anualmente, o relatório síntese das atividades do ciclo de estudos, nos termos previstos nos estatutos do IPLeiria;
- k) Pronunciar-se sobre o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- l) Pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo diretor, por sua iniciativa ou dos órgãos competentes do IPLeiria;

m) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos ou pelos regulamentos.

2 - O coordenador de ciclo de estudos pode delegar nos professores que integram a comissão as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente.

### Artigo 38.º

#### **Competência da comissão científico-pedagógica**

1 - À comissão científico-pedagógica estão cometidas as seguintes competências:

- a) Dar parecer sobre todos os assuntos sobre que seja consultada;
- b) Colaborar na elaboração das propostas de número anual máximo de novas admissões bem como de número máximo de estudantes que pode estar inscrito no ciclo de estudos em cada ano letivo e das regras de ingresso;
- c) Colaborar na preparação das propostas de alteração do plano de estudos a submeter ao conselho técnico-científico;
- d) Participar na coordenação dos programas das unidades curriculares do ciclo de estudos garantindo o seu bom funcionamento;
- e) Colaborar na coordenação dos objetivos de aprendizagem das diversas unidades curriculares que concorrem para os objetivos de formação definidos no ciclo de estudos;
- f) Coordenar as metodologias de avaliação utilizadas nas unidades curriculares do ciclo de estudos, garantindo que são cumpridos os objetivos de ensino aprendizagem;
- g) Servir de primeira instância na resolução de conflitos de carácter pedagógico que surjam no âmbito do curso;
- h) Colaborar nas atividades de tutoria do curso.
- i) Colaborar na elaboração anual do relatório síntese das atividades do ciclo de estudos, nos termos previstos nos estatutos do IPLeiria.

2 - As matérias previstas nas alíneas b) a e) do número anterior e outras matérias de cariz científico são tratadas em sessão reservada aos docentes.

### Capítulo III

#### **Estrutura interna**

#### Secção I

#### **Departamentos**

## Artigo 39.º

### **Departamentos**

Os departamentos são estruturas de apoio à gestão administrativa e académica do diretor, que o coadjuvam, designadamente, na gestão do pessoal docente afeto a uma área ou um conjunto de áreas disciplinares.

## Artigo 40.º

### **Criação, transformação e extinção**

1 - Os departamentos são criados, transformados ou extintos por despacho do diretor, ouvidos os departamentos e os coordenadores dos ciclos de estudos e obtido o parecer favorável dos conselhos técnico-científico e pedagógico.

2 - Os pareceres previstos no número anterior são emitidos no prazo de 15 dias úteis ou de 25 dias úteis, se os mesmos correrem em período de interrupção letiva.

3 - Quando os pareceres não forem emitidos dentro dos prazos previstos no número anterior, presume-se que a pronúncia é favorável.

4 - No caso de pronúncia desfavorável do conselho técnico-científico e ou do conselho pedagógico, o diretor deve, ponderadas as razões aduzidas, alterar a sua proposta de despacho ou solicitar nova pronúncia.

5 - Mantendo-se a pronúncia desfavorável, a emitir no prazo previsto no n.º 2, o diretor não pode proferir o despacho.

## Artigo 41.º

### **Composição dos departamentos**

1 - Os departamentos são constituídos pelos docentes das áreas disciplinares com exercício predominante nestas estruturas.

2 - Não integram os departamentos os docentes de outras unidades orgânicas em complemento de horário na escola.

3 - A afetação dos docentes aos departamentos é efetuada no momento do recrutamento, resultante da proposta de contratação ou da proposta de abertura de concurso.

4 - A reafetação de docentes entre departamentos é da competência do diretor, ouvidos o conselho técnico-científico, os departamentos e os docentes envolvidos.

## Artigo 42.º

### **Competência dos departamentos**

Compete aos departamentos:

- a) Promover a produção, desenvolvimento e a difusão do conhecimento no respetivo domínio de ação;
- b) Propor políticas a prosseguir no domínio da investigação, da extensão cultural e da prestação de serviços à comunidade;
- c) Promover e apoiar o desenvolvimento de projetos de investigação nos domínios que lhe são próprios e, em colaboração, em programas interdisciplinares;
- d) Propor o recrutamento do pessoal docente e a renovação dos contratos do pessoal docente;
- e) Propor a distribuição do serviço docente pelos docentes afetos ao departamento;
- f) Dar parecer sobre pedidos de equiparação a bolseiro, de bolsas de estudo e de dispensa de serviço, dos docentes que o integram;
- g) Gerir os recursos humanos e materiais afetos ao departamento;
- h) Pronunciar-se sobre a aquisição de equipamento e bibliografia;
- i) Propor a celebração de protocolos, contratos e outros acordos com entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, no seu domínio de ação.

#### Artigo 43.º

##### **Organização dos departamentos**

Os departamentos organizam-se em:

- a) Coordenador de departamento;
- b) Conselho de departamento;
- c) Plenário.

#### Artigo 44.º

##### **Coordenador de departamento**

1 - O departamento é coordenado por professor de carreira afeto ao departamento, eleito pelo conjunto dos docentes em tempo integral do mesmo.

2 - O procedimento de eleição do coordenador de departamento rege-se por regulamento aprovado pelo diretor da ESTG, a quem compete homologar os resultados eleitorais.

3 - O mandato do coordenador de departamento tem a duração de dois anos, não podendo exercer consecutivamente estas funções por mais de quatro anos.

4 - O coordenador de departamento pode ser destituído, em caso justificado, pelo diretor, obtido o parecer favorável do conselho técnico-científico, a quem cabe, neste caso, designar novo coordenador para um novo mandato.

5 - Nos casos de ausência, falta ou impedimento do coordenador de departamento, o exercício das competências do coordenador cabe a professor suplente por ele designado que integre o conselho de departamento.

6 - Compete ao coordenador de departamento:

- a) Representar o departamento;
  - b) Convocar e presidir às reuniões do plenário e do conselho de departamento;
  - c) Coordenar a gestão corrente do departamento;
  - d) Apresentar as propostas de normas e regulamentos de gestão corrente do departamento ao diretor, ouvido o conselho de departamento;
  - e) Propor a nomeação e destituição dos responsáveis de laboratórios e centros de recurso, ouvido o conselho de departamento;
  - f) Elaborar, anualmente, o plano e o relatório de atividades do departamento;
  - g) Colaborar na elaboração do plano e relatório de atividades da escola;
  - h) Pronunciar-se sobre a utilização das verbas afetas ao departamento;
  - i) Propor ao diretor, conjuntamente com os coordenadores dos cursos, a abertura de concursos;
  - j) Propor ao diretor, conjuntamente com os coordenadores dos cursos, a contratação de professores convidados, professores visitantes, assistentes convidados e monitores;
  - k) Elaborar a proposta de distribuição do serviço docente e dos responsáveis pelas unidades curriculares;
  - l) Dar parecer sobre pedidos de equiparação a bolseiro, de bolsas de estudo, mobilidade, de dispensa de serviço e licenças sem vencimento, dos docentes do departamento, ouvindo o conselho de departamento quando a ausência seja superior a 30 dias;
  - m) Dar parecer sobre questões que lhe sejam colocadas pelos órgãos;
  - n) Articular com cada coordenador de curso a proposta de um número de turmas a criar em cada uma das unidades curriculares asseguradas pelo departamento.
- 7 - O coordenador de departamento pode delegar num dos membros do conselho de departamento ou noutro professor do departamento, ouvido o conselho, as competências que se revelem necessárias a uma gestão mais eficiente.

#### Artigo 45.º

#### **Conselho de departamento**

1 - O conselho de departamento é composto:

- a) Pelo coordenador de departamento, que o integra por inerência;

b) Por representantes dos docentes em tempo integral, eleitos por e de entre estes, em número de:

i) Oito, quando o departamento seja composto por mais de 40 docentes equivalentes a tempo integral (ETI);

ii) Seis, quando o departamento seja composto por número igual ou inferior a 40 docentes ETI, e superior a 20 docentes ETI;

iii) Quatro, quando o departamento seja composto por número igual ou inferior a 20 docentes ETI.

2 - O procedimento de eleição dos membros do conselho de departamento rege-se por regulamento aprovado pelo diretor da ESTG, a quem compete homologar os resultados eleitorais.

3 - O mandato dos membros do conselho de departamento tem a duração de dois anos.

4 - Compete ao conselho de departamento:

a) Apoiar o coordenador na gestão corrente do departamento;

b) Aprovar a proposta de distribuição do serviço docente e dos responsáveis pelas unidades curriculares, a submeter ao conselho técnico-científico;

c) Pronunciar-se sobre a designação dos professores, a que se refere a al. b) do n.º 3 do artigo 34.º, para integrar as comissões científico-pedagógicas dos ciclos de estudos;

d) Dar resposta às solicitações apresentadas pelos órgãos de gestão da ESTG.

#### Artigo 46.º

##### **Plenário de departamento**

1 - O plenário de departamento é presidido pelo coordenador e constituído por todos os docentes afetos ao departamento.

2 - Compete ao plenário de departamento:

a) Eleger coordenador do departamento;

b) Propor ou pronunciar-se sobre a destituição do coordenador do departamento;

c) Eleger os membros do conselho de departamento;

d) Aprovar o plano e o relatório de atividades do departamento;

e) Dar parecer e decidir sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos.

3 - As deliberações a que se respeitam as alíneas a) a c) do número anterior são tomadas em reunião restrita aos docentes em tempo integral.

4 - A proposta ou parecer a que se refere a alínea b) do n.º 2 devem ser aprovados por maioria de dois terços dos membros do plenário.

## Artigo 47.º

### **Funcionamento**

1 - O funcionamento do conselho e do plenário de departamento rege-se pelas disposições do Código do Procedimento Administrativo.

2 - O conselho de departamento reúne ordinariamente quatro vezes por ano e o plenário de departamento reúne ordinariamente quatro vezes por ano.

3 - Podem participar nas reuniões do conselho e do plenário de departamento, sem direito de voto, personalidades que o coordenador ou aquelas estruturas entendam convidar.

## Secção II

### **Laboratórios e centros de recursos**

## Artigo 48.º

### **Laboratórios e centros de recursos**

1 - Os laboratórios e centros de recursos são espaços, de características específicas, destinados ao apoio e desenvolvimento de atividades letivas e de atividades de desenvolvimento experimental, de trabalhos de estudo e investigação científica e prestação de serviços.

2 - Os laboratórios e centros de recursos, atentas as suas características, estão funcionalmente dependentes dos departamentos, que propõem ao diretor a nomeação de um docente responsável por aqueles.

3 - Ao docente responsável compete a gestão funcional e material do espaço em harmonia com o departamento e a direção.

4 - O mandato do docente responsável é de dois anos, salvo se o coordenador de departamento propuser duração diversa, não superior àquele máximo.

5 - A afetação de recursos humanos aos laboratórios é da competência do diretor, ouvido o coordenador do departamento.

6 - A criação de laboratórios e centros de recursos compete ao diretor, ouvido o conselho técnico-científico e o plenário do departamento.

7 - O funcionamento dos laboratórios e centros de recursos pode ser objeto de regulamento a aprovar pelo diretor.

## Secção III

### **Serviços**

## Artigo 49.º

### **Serviços**

1 - A ESTG dispõe de serviços administrativos próprios, que são organizações permanentes de apoio técnico e administrativo às suas atividades, nos termos dos estatutos do IPEiria e do regulamento geral dos serviços administrativos e técnicos do instituto, unidades orgânicas e unidades funcionais.

2 - Os serviços administrativos próprios da ESTG constituem uma direção de serviços, dependente hierarquicamente do diretor, sem prejuízo da sua integração na estrutura orgânica dos serviços do Instituto, na dependência funcional do administrador do IPEiria.

3 - Os serviços administrativos próprios dispõem de regulamento próprio aprovado por despacho do presidente do IPEiria, ouvida a comissão permanente do conselho académico.

## Artigo 50.º

### **Diretor de serviços**

1 - A coordenação dos serviços administrativos próprios da Escola é assegurada pelo diretor de serviços, que depende hierarquicamente do diretor da unidade orgânica.

2 - Compete em especial ao diretor de serviços, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente:

- a) Coadjuvar a direção na concretização dos objetivos de atuação da Escola, tendo em conta os objetivos estratégicos do IPEiria;
- b) Coadjuvar os órgãos da Escola em matéria de ordem predominantemente administrativa;
- c) Orientar e coordenar os serviços administrativos próprios;
- d) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica dos serviços prestados sob a sua coordenação e o cumprimento dos prazos adequados;
- e) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à Escola, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e agilizar procedimentos;
- f) Elaborar estudos e informações relativos à gestão da Escola;
- g) Justificar e injustificar faltas do pessoal não docente;
- h) Autorizar o gozo e acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual do pessoal não docente;
- i) Autorizar a inscrição e participação do pessoal não docente em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação em regime de autoformação ou

outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional quando não importem custos para o serviço.

#### Capítulo IV

### **Princípios gerais sobre cargos**

#### Artigo 51.º

##### **Eleições**

1 - As eleições para os órgãos colegiais da ESTG são efetuadas por sufrágio direto e secreto e são organizadas por corpos e ou categorias.

2 - O apuramento dos mandatos faz-se segundo o método de Hondt.

#### Artigo 52.º

##### **Suspensão do mandato**

Determinam a suspensão do mandato:

- a) O deferimento do pedido de suspensão temporária do mandato, nos termos do artigo 55.º;
- b) Procedimento disciplinar instaurado por indícios de infração disciplinar grave.

#### Artigo 53.º

##### **Substituição temporária**

1 - Os titulares dos órgãos colegiais da ESTG podem pedir ao presidente do respetivo órgão, por motivo relevante, a sua substituição por uma ou mais vezes, por período global não superior, em cada mandato, a um terço daquele e parcelar não inferior a um mês.

2 - Por motivo relevante entende-se, nomeadamente:

- a) Doença;
- b) Preparação para provas académicas de doutoramento, agregação ou provas públicas de título de especialista;
- c) Atividade profissional inadiável;
- d) Exercício de funções públicas para que haja sido eleito ou nomeado pelos órgãos do Estado;
- e) Participação em programas de mobilidade.

3 - Se o requerimento da suspensão for apresentado pelo presidente do órgão, a apresentação é feita perante o suplente, o qual só pode recusar a substituição com a prévia anuência da maioria dos membros que compõem aquele órgão.

4 - A suspensão do contrato de trabalho em funções públicas de membro do órgão colegial determina a sua substituição temporária, promovida oficiosamente, ressalvadas as situações em que seja previsível que a mesma tenha duração inferior a um mês.

5 - O substituto pertence à mesma lista do substituído e é sempre o que nela se encontrar imediatamente a seguir aos que se encontrem no exercício de funções.

6 - No caso de substituição temporária do presidente do órgão, este é substituído pelo titular suplente, procedendo-se à substituição deste último nos termos previstos no número anterior.

#### Artigo 54.º

##### **Cessação da suspensão**

1 - A suspensão do mandato cessa:

a) No caso da alínea a) do artigo 54.º pelo período de substituição ou pelo regresso antecipado do titular do órgão substituído;

b) No caso da alínea b) do artigo 54.º por decisão absolutória ou equivalente.

2 - Com a retoma pelo titular do órgão do exercício do mandato cessam automaticamente e sem necessidade de quaisquer outras formalidades os poderes do substituto.

3 - O regresso antecipado é comunicado à entidade a quem foi requerida a substituição temporária e produz plenos efeitos com a receção da referida comunicação.

#### Artigo 55.º

##### **Renúncia ao mandato**

Os titulares dos órgãos colegiais da ESTG podem renunciar aos respetivos mandatos, através de declaração escrita justificativa.

#### Artigo 56.º

##### **Perda de mandato**

Os titulares de qualquer dos órgãos colegiais da ESTG podem perder o mandato quando se verifique qualquer das situações seguintes:

a) Deixem de pertencer ao corpo e ou categoria pelo qual foram eleitos;

b) Estejam impossibilitados de exercer as suas funções por período superior a um terço do mandato;

c) Quando faltem, sem motivo justificativo, a mais de três reuniões por ano de mandato, salvo se o regimento dispuser número menor;

- d) Sejam condenados em processo penal ou disciplinar durante o período do mandato por infração grave cometida no exercício das funções para que foi eleito;
- e) Outras definidas pelos regimentos dos respetivos órgãos.

#### Artigo 57.º

##### **Substituição definitiva**

1 - As vagas ocorridas nos órgãos colegiais são preenchidas pelas pessoas que figuram seguidamente nas respetivas listas de candidatura e segundo a ordem nelas indicada.

2 - Para efeitos do previsto no artigo anterior, consideram-se integrados nas listas de candidatura, pela ordem primitiva, as pessoas que se encontram a substituir membros com mandato suspenso, passando a substituição destes a ser assegurada pela pessoa que figura seguidamente nas listas de candidatura.

3 - Na impossibilidade de substituição nos termos dos números anteriores, procede-se a nova eleição pelo respetivo corpo e ou categoria.

4 - Os novos titulares apenas completam o mandato.

#### Artigo 58.º

##### **Participação nas reuniões dos órgãos**

1 - A presença nas reuniões dos órgãos colegiais da ESTG é obrigatória para todos os seus membros e tem preferência relativamente a qualquer outro serviço ou obrigação académica, com exceção da participação em júris de provas académicas, concursos e avaliações.

2 - As faltas às reuniões dos órgãos colegiais são justificadas perante o presidente do órgão.

#### Artigo 59.º

##### **Aplicação dos princípios a outros órgãos e estruturas**

Os princípios enunciados nos artigos 52.º a 58.º aplicam-se, com as necessárias adaptações, aos órgãos e estruturas de coordenação científica e pedagógica dos ciclos de estudos, aos departamentos e aos laboratórios e centros de recursos.

#### Capítulo V

##### **Disposições finais e transitórias**

## Artigo 60.º

### **Associativismo estudantil**

1 - A ESTG incentiva e apoia o direito de associação dos seus estudantes dos vários ciclos de estudos, assim como dos seus antigos estudantes.

2 - A ESTG colabora com as associações representativas dos estudantes criadas nos termos da legislação aplicável e regidas por regulamentos próprios, nomeadamente:

a) Proporcionando condições para a efetiva participação dos estudantes no cumprimento da sua missão e na prossecução dos seus objetivos;

b) Apoiando o desenvolvimento de competências extracurriculares, nomeadamente atividades culturais, artísticas ou de participação coletiva, social e cívica.

## Artigo 61.º

### **Apoio à inserção na vida ativa**

No âmbito do apoio à inserção na vida ativa dos seus estudantes, a ESTG colabora com o IPLeiria na implementação de medidas tendentes a:

a) Apoiar a participação dos estudantes na vida ativa em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da atividade académica;

b) Reforçar as condições para o desenvolvimento da oferta de atividades profissionais em tempo parcial pela instituição aos estudantes, em condições apropriadas ao desenvolvimento simultâneo da atividade académica;

c) Apoiar a inserção dos seus diplomados no mundo de trabalho.

## Artigo 62.º

### **Datas das eleições dos órgãos colegiais da ESTG e dos departamentos**

1 - As eleições regulares para os órgãos colegiais da ESTG e dos departamentos decorrem de dois em dois anos, no mês de dezembro, com exceção da eleição dos representantes identificados nas alíneas a), b) e d) do n.º 2 do artigo 15.º, cuja eleição decorre de quatro em quatro anos, no mesmo mês.

2 - Com a entrada em vigor dos estatutos, o mandato dos órgãos é adaptado para que as eleições ocorram no mês de dezembro mais próximo do final do período inicial de dois anos ou de quatro anos, consoante o caso.

### Artigo 63.º

#### **Professores e investigadores**

1 - Para efeitos dos presentes estatutos, consideram-se professores os professores da carreira do ensino superior politécnico, nos termos do Estatuto da Carreira de Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.

2 - Para efeitos dos presentes estatutos, consideram-se investigadores os identificados no Estatuto da Carreira de Investigação Científica.

### Artigo 64.º

#### **Revisão dos estatutos**

Os estatutos podem ser revistos:

a) Decorrido o prazo mínimo de quatro anos após a data da publicação destes estatutos ou da sua revisão, por iniciativa do diretor ou sob proposta de qualquer dos membros do conselho de representantes;

b) A todo o tempo, sob proposta subscrita por dois terços dos membros do conselho de representantes ou quando a mesma se revele necessária para adequação a nova legislação.

### Artigo 65.º

#### **Entrada em vigor**

Os presentes estatutos entram em vigor no dia a seguir à sua publicação no *Diário da República*.